

ANAIS DO  
VI SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES  
UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA

Organizado pelo Prof. *Eurípedes Simões de Paula*.

# TRABALHO LIVRE E TRABALHO ESCRAVO.

VOLUME II

XLIV

Coleção da *Revista de História* sob a direção  
do Prof. Eurípedes Simões de Paula.



SÃO PAULO — BRASIL  
1973.

# RELAÇÃO DE DOCUMENTOS DO ARQUIVO HISTÓRICO DA CÂMARA FEDERAL RELATIVOS À ESCRAVATURA NO BRASIL (\*).

---

*ADALGISA MARIA VIEIRA DO ROSÁRIO.*  
da Universidade de Brasília.

O presente trabalho é o levantamento parcial (em relação ao que se supõe haver) de fontes primárias sobre a escravidão no Brasil, feito no Arquivo Histórico da Câmara Federal, que se encontra ainda em fase de organização.

## HISTÓRICO

É provável que o Arquivo da Câmara dos Deputados exista desde que começaram os trabalhos legislativos na Capital do Brasil independente. Entretanto, a primeira notícia que se tem desse Arquivo nos vem através de dois relatórios do Oficial-Maior Francisco Gomes de Campos que fala na situação dos documentos, proposições da Câmara e o arranjo dado a eles. O 1º Relatório é de 4 de maio de 1827 e o 2º de 6 de maio também do mesmo ano.

O Arquivo possui duas Seções: A Administrativa ou Arquivo Ativo, e a História ou Arquivo Histórico. Este último começou sua organização a 10 de novembro de 1965. Na primeira etapa, isto é, de 10 de novembro a 15 de dezembro inventariou-se, preliminarmente, o 1º acervo, nome do primeiro documentário encontrado, verdadeiramente na sua *âge ingrate*.

Consiste este acervo de documentos encadernados. Possui entre muitas outras, uma série preciosíssima que é a coleção dos originais das Atas de Sessões da Câmara, desde 1823 até 1955.

No primeiro semestre de 1966, reuniu-se o acervo até 1946, que constava de papéis soltos, ou *dossiers*. Em dois anos foi con-

---

(\*) — Comunicação apresentada na 5ª sessão de estudos, Equipe B, no dia 9 de setembro de 1971 (*Nota da Redação*).

cluido o Inventário Preliminar de todo o acervo: mais de 1.000 amarrados, tendo cada um em média, 1.000 documentos.

O Catálogo Definitivo tem sido feito de 1946 para trás, enquanto o Inventário Preliminar foi feito de 1823 para frente.

\*

### CLASSIFICAÇÃO

O Inventário Preliminar do 1º acervo é em ordem alfabética; o do 2º, em ordem cronológica. Há fichas remissivas de assunto do mesmo Inventário. Há também um Calendário com descrição pormenorizada e definitiva de documentos mais preciosos e dos que já foram selecionados para exposições. Estes são guardados em Mapotecas, sendo alguns de grandes dimensões, pois o Arquivo não possui ainda um cofre forte. Os documentos do Calendário não estão separados das séries. Nos lugares de onde são retirados, colocam-se pastas de transferência com sua xerocópia, com data de retirada e lugar onde está o original.

\*

### ARQUIVAMENTO.

*Classificação:* grupados em maços e pastas, por assunto, e estes em “Amarrados” em ordem cronológica.

*Ordenação:* Grupado em letras ou “Amarrados” dentro de cada ano.

*Arquivamento:* “Arranjo” dos “amarrados” em prateleiras de aço.

*Retirada e Contrôle:* Por meio das Pastas de Transferência e Fichas de Movimento.

\*

### SISTEMA DE BUSCA.

Este é indireto e pode ser feito de quatro maneiras: 1º) — Ficha principal: numérica e cronológica por número de proposição (quando se trata de proposição); 2º) — Remissivas de assunto: Reportando-se à principal (alfabética); 3º) — Remissiva de autor: Reportando-se à principal (alfabética); 4º) — Remissiva de onomástico de pessoas físicas e jurídicas, reportando-se à principal (alfabética).

\*

## CONSULTA.

A consulta é livre para Congressistas e Funcionários do Congresso; com autorização da Diretoria do Arquivo, para o público em geral; com autorização escrita do Diretor-Geral da Secretaria, para estrangeiros.

Todos os documentos da Seção histórica podem ser consultados a não ser os confidenciais, reservados e secretos.

\*

## CONCLUSÃO

Pelo pequeno número de documentos apresentados se vê claramente que não foram esgotadas as fontes primárias a respeito do assunto a que nos propusemos pesquisar, ainda mais se tratando do Arquivo da Câmara Legislativa. Mas dois problemas nos impossibilitaram de apresentar um trabalho maior, isto é, maior número de documentação: 1º) — apesar de haver uma relação bem grande de Projetos, estes não foram encontrados, supondo-se que foram queimados quando da ordem do Governo Provisório (1890); perderam-se quando da transferência do Arquivo para Brasília ou, simplesmente, foram exterminados por desinteresse ou desconhecimento, como aconteceu com outras documentações; 2º) — os documentos invioláveis, em grande número, que correspondem à época referente à presente pesquisa.

\* \*

\*

Cópia do Ofício do Intendente da Marinha da Bahia, dirigida ao Ministro dos Negócios da Marinha — Visconde de Paranaguá — comunicando o transporte de 57 escravos de S.M. o Imperador, que vieram das Fazendas do Piauí, pelo frete de 8 mil réis cada um, dando o Arsenal mantimento e aguada.

1832 E — M 1 — P 1.

1826 — 21 de outubro.

Cópia do parágrafo de um Ofício do Intendente da Bahia — Tristão Pio dos Santos — sobre a remessa de escravos do Piauí para o Rio de Janeiro.

1832 E — M 1 — P 1.

1826 — 6 de julho.

Ofício do Ma:quês de Queluz, fazendo menção a uma cópia da Convenção para o final do comércio da Escravatura, que foi assinado pela Côrte, pelos respectivos plenipotenciarios em 23 de

de novembro de 1826, e que se acha já ratificada por S.M. o Imperador e S.M. Britânica.

Mapoteca.

1827 — 25 de maio.

Parecer da Comissão de Diplomacia e Estatística sôbre o final da abolição do comércio de escravos, celebrado entre o Brasil e a Inglaterra.

“A” — M 4 — P 1.

1827 — 19 de junho.

Cópia do Offício do Barão de Valença, determinando, por ordem do Imperador, que da Inspeções e Feitorias Imperiais da Província do Piauí, sejam tirados 80 escravos, rapazes solteiros, e remetidos ao Inspetor do Arsenal de Marinha, a fim de terem nesta Repartição o competente destino, sendo primeiro enviados ao Presidente da Província da Bahia, para alí seguirem viagem para a Côrte.

1832 E — M 1 — P 1.

1828 — 16 de novembro.

Projeto de autoria do Deputado Pereira de Brito sôbre a liberdade de escravos.

Mapoteca.

1831 — 24 de maio.

Projeto de autoria de Antonio Ferreira Franca e Ernesto Ferreira a França sôbre a lenta abolição da escravatura.

1831 C — M 1 — P 2.

1831 —

Dossiê de Offícios de Juntas de Fazendas de diversas Províncias, dirigidos ao Presidente do Tesouro Público e Ministério dos Negócios da Fazenda — Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcante de Albuquerque — sôbre Provisão Imperial de 13 de novembro de 1830, que determina informação do número de escravos da Fazenda Nacional em cada Província, seus estados, idade e circunstância, com distinção de sexo.

Províncias: Sergipe d'El-Rei, Alagoas, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Goiás e Espírito Santo.

1831 D — M 2 — P 3.

1831 — 1 de junho.

Requerimento de autoria do Deputado Maciel recomendando ao governo mandar despedir dos Arsenais, Fábricas e Obras Ministeriais, todos os escravos que trabalharem como oficiais e man-

cebos de qualquer officio, admitindo logo em seu ugar homens livres.

1831 F — M 1 — P 6.

1831 — 10 de junho.

Projeto sôbre liberdade dos escravos da autoria do Deputado Lessa.

1831 F — M 1 — P 4.

1831 — 16 de maio.

Resolução da Assembléia Geral Legislativa, proibindo a admissão de escravos como trabalhadores ou officiaes das artes, nas estações públicas da Província da Bahia, enquanto houver ingênuos ou libertos, que nelas queiram empregar-se.

1831 F — M 1 — P 5.

1831 — 31 de maio.

Officio do Ministro José Lino Coutinho, expondo à Câmara a necessidade de se criar duas Divisões de Pedes-res, para serem empregadas nos Destacamentos do Rio Doce e outros lugares do sertão da Província do Espírito Santo, com o fim de baterem os matos ohde se encontram os selvagens e escravos foragidos.

1831 F — M 1 — P 1.

1831 — 25 de agôsto.

Requerimento do Deputado Vieira Souto, pedindo com urgência relação dos escravos pertencentes à Fazenda Nacional em cada uma das Províncias.

1831 F — M 1 — P 6.

1831 — 23 junho.

Emendas aprovadas pela Câmara dos Deputados, ao Projeto vindo do Senado sôbre os crimes cometidos por escravos.

1831 C — F 1 — P 2.

1831 — 25 outubro.

Parecer da Comissão de Orçamento sôbre a proposta do Governô que pede operários para o consêrto da ponte do Arsenal do Estado, oferecendo a Comissão um artigo aditivo: "Só no caso da falta de cidadãos brasileiros, serão admitidos escravos nas oficinas e outros serviços do Arsenal do Estado".

1831 F — M 1 — P 4.

1831 — 3 junho.

Officio do Arsenal da Marinha encaminhando mapa dos escravos a serviço daquele Arsenal. Com número de matrícula, idade e sexo.

1840 F — M 1 — P 2.

1832 — 4 junho.

Resposta de Bento Barroso Pereira à Assembléia Geral sôbre os escravos remetidos das Fazendas Nacionais do Piauí para a **Côrte.**

1832 E — M 1 — P 3.

1832 — 31 agôsto.

Parecer n.º 120 da Comissão da Justiça Criminal, com emendas à Proposta do Império sôbre as punições aos escravos que atentarem contra a vida dos senhores.

Am. D — P 4 — M 1.

1833 — 10 junho.

Dossê de documentos relativos à importação e comércio de escravos africanos (cêrca de dois mil) para São Paulo, na Vilas de Ubatuba, São Sebastião e Bella da Princesa.

1840 D — M 3 — P 2.

1834 — 5 junho.

Representação da Assembléia Legislativa da Província da Bahia, dirigida à Câmara solicitando redução das taxas para a agricultura e sôbre os prejuízos dos agricultores trazidos pela abolição do tráfico.

1835 E — M 1 — P 2.

1835 — 16 maio.

Projeto da autoria de Antonio Ferreira França, para liberdade dos pardos residentes ou nascidos no Brasil.

Am B — M 1 — P 4.

1835 — 9 maio.

Ofício do Chefe de Polícia da Comarca de Paraibuna, dirigido ao Mordomo da Casa Imperial, comunicando encontrar-se na cadeia da Vila do Pomba, um escravo fugido, crioulo, pertencente a S.M. o Imperador. Solicita o pagamento das despesas com apreensão e sustento do mesmo nas cadeias da Vila do Pomba e Barbacena.

1840 A — F 1 — P 2.

1840 — 18 janeiro.

Petição de Antonio Ildefonso Gomes, doutor em medicina, pedindo a extinção da escravidão e sugerindo que os escravos logo que pisarem território brasileiro, sejam considerados livres.

Am. C — P 2 — M 1.

1845 — 22 janeiro.

Parecer da Assembléa Legislativa da Província de São Paulo, à Comissão de Justiça Criminal acêrca da ineficácia da pena de galés para os escravos.

Am. C — P 2 — M 1.

1853 — 26 maio.

Resolução nº 51 da autoria de J. M. Wanderley, que proibe o comércio e transporte de escravos entre as Províncias do Império.

Mapoteca.

1854 — 11 agôsto.

Relatório lo Ministério da Justiça comunicando haver dado emancipação a vários africanos (38) que “cumpriram as condições impostas pelos Regulamentos existentes”.

Am. B — M 1 — P 5.

1860 — 14 maio.

Relatório do Ministério da Justiça comunicando à Câmara a chegada na praia de Itacoatiara de três africanos boçais.

Am B — M 1 — P 5.

1860 — 14 maio.

Petição de autoria de Araujo Lima, pedindo ao Govêrno que com tôda prudência e sabedoria, inicie medidas que se refiram à libertação do ventre.

1870 C — M 1 — P 2.

1870 — 13 maio.

Parecer n.º 135 de autoria de Eduardo Antonio Monteggia e José da Rocha Leão, sôbre a organização de uma Companhia de Emigração Industrial, Agrícola e Doméstica.

1871 C — F 1 — P 5.

1870 — 28 julho.

Representação da Associação Comercial e Agrícola de Pernambuco, apresentando bases de um projeto para facilitar a emigração de colonos estrangeiros.

1871 C — M 1 — P 5.

1871 — 2 junho.

Representação da Câmara Municipal da Vila de Bom Conselho, Província da Bahia, considerando a situação da criação do galo vacum e cavalari, devido os roubos e escassez de braços escravos após a Lei n.º 2.040, de 28 de setembro de 1871.

1877 B — M 1 — P 2.

1877 — 17 janeiro.



Offício do Ministério dos Negócios, encaminhando Offício da Presidência da Província do Piauí com informações relativas ao número e destino dos libertos das fazendas de Canindé de usufruto dos Senhores Conde e Condessa d'Aquila. (Anexo Projeto n.º 379, de 1875 sobre o assunto).

1877 B — M 1 — P 3.

1877 — 7 fevereiro.

Representação da Câmara Municipal de Juiz de Fora (M Gerais), enumerando diversas causas, inclusive a falta do braço escravo, que está concorrendo para o estado precário da lavoura e instandopor medidas eficazes para o seu soerguimento.

1877 B — M 1 — P 3.

1877 —

Parecer n.º 108 sobre a representação do Padre André de Santa Luna, a favor de mais de 500 indivíduos que fazem um cativo como pertencentes à Ordem Carmelitana Fluminense. O Parecer é da Comissão de Justiça Civil e Negócios Eclesiásticos.

1877 B — M 1 — P 2.

1877 — 17 julho.

Parecer n.º 128 da Comissão de Constituição e Justiça Civil, pedindo informações e uma cópia da deliberação de 8 de dezembro de 1871, tomada pela Ordem Carmelitana Fluminense e dos contratos de locação dos serviços dos ex-escravos da mesma Ordem.

1877 B — F 1 — P 2.

1877 — 18 agosto.

Representação da Sociedade Libertadora Sete de Setembro, da Bahia, pedindo isenção de imposto geral sobre as loterias concedidas à mesma Sociedade pela Assembléia Provincial da Bahia.

1877 C — M2 — P 4.

1877 — 20 agosto.

Representação de lavradores e do Comércio do Município de Campinas (São Paulo), reclamando medidas enérgicas e prontas, no sentido de serem restituídos a seus senhores os escravos refugiados em Santos (quase dois mil) e contidos os excessos criminosos dos anarquistas e oradores dos "meetings" na campanha abolicionista.

1888 D — M 3 — P 3.

1877 — 4 setembro.

Representação do Clube da Lavoura do Município de Campinas (São Paulo), sobre o problema de delitos de escravos, propondo diversas medidas, inclusive a revogação das penas de galés.

1879 A — M 1 — P 2.

1878 — 27 dezembro.

Petição do Snr. Antonio Arruda Carvalho, fazendeiro no Município de S. Fidelis (R. Janeiro), sôbre a abolição do lemento servil.

(Anexo o exemplar n.º 72 do periódico “O Povo”, do Clube Republicano Seis de Agôsto).

Mapoteca.

1879 — 8 junho.

Petição do Padre Santa Maria de Luna, solicitando a libertação de mais de 250 escravos da Ordem Carmelitana Fluminense.

1879 A — M 1 — P 2.

1879 — 5 março.

Ofício do Ministério dos Negócios da Justiça, transmitindo informações e o traslado do Processo contra o Bel José Joaquim de Sá e Benavides, da Província do Rio Grande do Norte, condenado por reduzir pessoas livres à escravidão.

1879 C — F 1 — P 1.

1879 —

Petição de Joaquim Nabuco e José da Costa Azevedo, sôbre a urgente necessidade de abolir a escravidão no Império.

M 1 — Am. D — P 2.

1882 — 4 junho.

Petições de particulares do Rio de Janeiro e São Paulo, pedindo auxílio do Governo Imperial para a instalação de Companhias de Imigração e colonização, para atender a necessidades da lavoura, substituindo os escravos por homens livres e capazes.

1885 C — M 2 — P 6.

1882 —

Ofício do Ministro dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas — Affonso Augusto Moreira Penna — solicitando hora para apresentar proposta para localização de serviço de escravos e aumento do fundo de emancipação, com o fim de extinguir gradualmente o elemento servil no Império.

1883 B — M 2 — P 1.

1883 — 1 agôsto.

Representação da Comissão Central Emancipadora do Município de Recife, propondo à Câmara Projeto de Lei sôbre proibição de transferência do domínio escravo, locação de serviço, libertação para escravos maiores de 50 anos; permissão para que possam depositar suas economias nas Caixas econômicas; aumento do

fundo de emancipação, e abolição do foro domiciliário do senhor e pena de açoite.

Representação dos Clubes de Lavoura de Pernambuco, pedindo a extinção da escravatura de forma gradual, pacífica, aumentando todos os anos o fundo de emancipação.

1883 C — M 1 — P 4.

1883 — 7 junho.

Representação dos lavradores e comerciantes do Município de Campinas (São Paulo), contrário ao Projeto que trata do elemento servil, enumerando diversas considerações.

Mapoteca.

1884 — 21 julho.

Representações de Câmaras Municipais, agricultores, comerciantes e particulares das Províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais, sobre o elemento servil; com apresentação de projetos (10).

1885 C — M 3 — P 5.

1884 —

Ofício da Inspeção Geral das Terras e Colonização, dirigido ao Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, apresentando a Proposta dos negociantes Luís de Malafaria e Antonio Pinto Moreira, solicitando favores em auxílio de uma empresa de colonização que pretendem estabelecer.

1885 C — M 1 — P 4.

1884 — 18 agosto

Representação da Sociedade Central de Imigração, dirigida à Câmara, pedindo a revogação da Lei de localização de serviços n.º 2827, de 15 de março de 1879 e decretação do casamento civil, pelo menos para os católicos; promulgação de medidas indispensáveis para atrair a imigração.

Mapoteca.

1885 — 14 março.

Ofício do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, dirigido à Câmara, comunicando a suspensão de passagens por conta do Estado à imigrantes, motivada pelas condições financeiras do País que são insuficientes.

1885 C — M 2 — P 6.

1885 — 25 maio.

Representação do Visconde e da Viscondessa da Silva Figueira, apresentando Projeto sobre liberdade imediata e pena dos sexagenários e dos demais escravos com condições.

Anexos: Projeto de Lei; Projeto de Lei aplicado aos escravos de sua propriedade e Relação de matrícula dos crioulos escravos

da Fazenda Santo Antonio de Padua, na Província do Rio de Janeiro.

1885 C — M 3 — P 5.

1885 — 15 julho.

Offício do Finistro da Justiça — Joaquim Delfino Ribeiro da Luz — encaminhando o autógrafo do Decreto que revoga o art. 60 do Código Criminal e a Lei n.º 4, de 10 de junho de 1835, na parte em que impõe a pena de açoite ao réu escravo, com o consentimento de S.M. o Imperador Pedro II.

1887 C — M 2 — P 2.

1886 — 15 outubro.

Offício do Ministério da Fazenda, devolvendo à Câmara o Autógrafo sancionado pelo Imperador Pedro II, do Decreto da Assembléa Geral que orça a Receita Geral do Império para o exercício de 1886-1887.

Destaca-se entre as Rendas previstas, com aplicação especial, a taxa de escravos, inclusive o adicional; transmissão de propriedade dos mesmos e Impôsto sôbre consignatários de escravos.

1886 C — M 2 — P 2.

1886 — 16 outubro.

Indicação de Affonso Celso Júnior, pedindo providência no intuito de terminar co mos horrorosos acontecimentos ocorridos na cidade de Parahyba do Sul, co o escravo Dominiciano Caetano do Valle.

1885 C — M 2 — P 4.

1886 — 25 agôsto

Projeto de autoria de Affonso Celso Júnior, sôbre o elemento servil.

Acompanha lista nominal de votação.

Am. B — M 1 — P 4.

1887 — 4 maio.

Representações dos anos de 1887 e 1888 do Comércio de São José do Paraiso da Província de Minas, do comércio de Porto Alegre (R. Grande do Sul), da Associação Comercial Beneficente de Pernambuco e da Associação Comercial do Maranhão, pedindo a revogação do Impôsto de 5% pela Lei de 28 de setembro de 1885 (Fundo de Emancipação).

1888 B — M 1 — P 3.

1887 —

Representação da Câmara Municipal de Nazareth, Província de Pernambuco, pedindo leis sôbre a abolição imediata da escravi-

dão, redução da tarifa de estrada de ferro e melhor legislação sobre contrato de locação de serviços.

1887 C. — M 1 — P 3.

1887 — 11 junho.

Petição de Anna Amelia de Miranda Trindade, suplicando a relevação da dívida em que incorreu para com a Fazenda Nacional, proveniente de impôsto da taxa de escravos.

Mapoteca.

1887 — 25 agosto.

Ofício do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, respondendo pedido de informações de 25 de julho de 1887, da Câmara, sobre revista de matrícula de escravos pertencentes às Ordens Religiosas, Igrejas e Casas de Caridade, em Município das Províncias de Mato Grosso, Espírito Santo, Sergipe, Alagoas e Pernambuco.

Mapoteca.

1887 e 1888 —

Projeto de Lei n.º 5 sobre a organização do trabalho escravo. Am. B — P 4 — M 1.

1887 — 4 maio.

Representação da Câmara Municipal de S. José dos Campos (São Paulo), pedindo a decretação de uma lei de locação de serviços, para amparar a lavoura contra os abalos ocasionados pela crise social da substituição do trabalho escravo pelo livre.

Mapoteca.

1888 — 23 abril.

Representação do Snrs. Antonio Joaquim de Barros Sobrinho, Numa Pompílio e João Ramos, protestando contra a pretendida indenização a ex-senhores de escravos e pedindo o cancelamento dos livros de matrícula em todos os municípios do Império.

Mapoteca.

1888.

Representação da Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo, pedindo a decretação de uma lei, abolindo imediatamente a escravidão em todo o Império, incondicional e sem cláusula de serviço.

1888 A — M 1 — P 4.

1888 — 13 março.

Ofício do Ministério dos Negócios Estrangeiros, encaminhando a resposta do Cardeal Secretario de Estado do Santo Padre, a Nota da nossa Legação junto à Santa Sé, transmitindo o voto

de agradecimento desta Câmara à Sua Santidade pelo seu paternal interesse na extinção da escravidão no Brasil.

1889 B — M 2 — P 1.

1888 — 27 dezembro.

Ofício do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, encaminhando informação prestada pela Inspeção Geral das Terras e Colonização, conforme solicitação da Câmara sobre a média das despesas efetuadas com a instalação e custeio, nas colônias nacionais, de famílias de imigrantes.

Mapoteca.

1888 — 2 agosto.

Representações (53) de Assembléias Legislativas Provinciais, Câmaras Municipais, Agricultores, comerciantes, fazendeiros e proprietários das Províncias de: Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro e Sergipe, pedindo a decretação de lei mandando indenizar as desapropriações de escravos, ordenadas pela Lei n.º 3353, de 13 de maio de 1888.

1889 B — M 1 — P 4.

1888 — 1889.

Ofício do Senado comunicando à Câmara que o Senado adotou e vai enviar à Sanção Imperial, o Decreto da Assembléia Geral extinguindo a escravidão no Brasil.

1888 D — M 3 — P 1.

1888 — 13 maio.

Ofício do Senado à Câmara, comunicando que por Ofício do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, de 3 de julho, constou ao Senado que Sua Alteza a Princesa Imperial Regente, em nome do Imperador, consentiu no Decreto da Assembléia Geral, declarando extinta a escravidão no Brasil.

1888 D — M 3 — M 1.

1888 — 6 julho.

Representação da Câmara Municipal de Juiz de Fora (M. Gerais), pedindo a decretação de uma lei de locação de serviços.

Mapoteca.

1888 — 9 julho.

Ofícios do Ministério dos Negócios Estrangeiros, encaminhando mensagens congratulatórias ao Parlamento Brasileiro, por motivo da Lei Auréa, das Câmaras de Deputados da Argentina e do Paraguai.

1888 D — M 3 — P 2.

1888 — 24 maio e 31 julho.

Ofício congratulatório encaminhados à Câmara pela Decretação da Lei Aurea, das Câmaras Municipais de Petrópolis, Niterói, Itajubá, etc.

1888 D — M 3 — P 2.

1888 —

Ofício da Associação Comemorativa da Libertação da Escravatura no Império do Brasil, congratulando-se com o Parlamento e oferecendo o Auto da solenidade efetuada a 16 de maio, na Igreja Nossa Senhora do Rosário, do Rio de Janeiro.

1888 A — M 1 — P 2.

1888 — 1 junho.

Representações de comerciantes e industriais das cidades de Vasouras, Resende, Rio de Janeiro, Santo Antonio de Padua, Cantagalo (Rio de Janeiro) e da Câmara Municipal de Pindamonhangaba (São Paulo), protestando contra o Decreto n.º 9.870, de 22 de fevereiro de 1888, que deu novo regulamento para o lançamento e arrecadação do imposto geral de industria e profissões, tendo em vista a redução da força produtiva da Nação após a recente Lei de 13 de maio de 1888 e consequentemente a diminuição do numerário para as transações.

1888 D — M 1 — P 2.

s. d.

Moção de autoria de José Mariano Seabra, congratulando-se com o Governo Provisório por ter mandado eliminar dos arquivos nacionais os últimos vestígios da escravidão no Brasil.

Mapoteca.

1890 — 19 dezembro.

\* \*

\*

## INTERVENÇÕES

Do Prof. *José Maria Corrêa* (ICHL/UFGO. Goiânia. Goiás).

Pergunta: a Autora notou influência diplomática inglesa na evolução do problema escravista nos debates da Câmara?

\* \*

\*

RESPOSTAS DA PROFESSORA ADALGISA MARIA VIEIRA DO ROSÁRIO.

Ao Prof. *José Maria Corrêa*.

Respondeu que sabe muito bem que a Diplomacia inglesa exerceu toda a sua influência sobre o problema de escravos no Brasil,

não somente nos debates da Câmara e do Senado, mas, também em outros setores.

Na *Relação de Documentos* que está apresentando, há um ofício do Marquês de Queluz, datado de 25 de maio de 1827, no qual menciona uma cópia da Convenção feita entre o Império brasileiro e S. M. Britânica sobre o final do comércio de escravos e as ameaças inglesas caso o governo brasileiro não mantivesse a posição assumida naquela data. Este assunto deu lugar a grandes e acalorados debates.